

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO: UM DEBATE NECESSÁRIO

Tamires da Silva Ribeiro (Geógrafa/Mestranda), tamisilvaribeiro@gmail.com
Ana Paula Colavite (Orientadora), apcolavite@hotmail.com
Fabiane Freire França (Coorientadora), prof.fabianefreire@gmail.com

Universidade Estadual do Paraná *campus* Campo Mourão
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento

Resumo: As mulheres são diariamente vítimas de violência, alvos de assédio sexual, estupro, assovios, cantadas, dentre outros. O gênero, a raça e a classe são fatores que enquadram as mulheres em posições diferentes de vulnerabilidade. Um dos espaços onde essa violência ocorre é o público, com baixo índice de notificações, é necessário assegurar a proteção das mulheres nesses espaços. Nessa perspectiva, o texto objetiva trazer para o debate a necessidade de discussão da violência contra as mulheres nos espaços públicos. A metodologia se caracteriza pela abordagem teórica-conceitual e reflexiva sobre o tema posto. Com base nas leituras realizadas, assinala-se que existe um maior enfoque teórico na violência doméstica, enquanto que a violência no espaço público é um tema que precisa ser mais discutido nas pesquisas e pensado nas políticas públicas e na legislação.

Palavras-chave: Direito à cidade, interseccionalidade, patriarcado.

Introdução

Em pesquisa feita pelo Instituto Patrícia Galvão (IPG, 2019), 97% das mulheres entrevistadas afirmaram terem sofrido assédio nos meios de transportes público e 71% conhecem mulheres que já sofreram assédio no espaço público. Embora as políticas públicas voltadas para as mulheres tenham crescido nas últimas décadas Brasil, os números de violência contra a mulher não foram reduzidos. Somada a esta problemática, existe a possibilidade de a maior parte da violência contra a mulher no espaço público não ser notificada ou então subnotificada. Nessa perspectiva, os índices de violência podem ser ainda maiores do que os indicados em pesquisas. Ademais, é possível que as mulheres não denunciam por medo de serem desvalidadas ou questionadas pelos agentes e instituições de segurança pública.

Na tese de Viera (2013), ao estudar Salvador no período colonial, identificou-se que as mulheres e homens usufruíam do espaço público de formas diferentes.

Ela observou que, neste período, a sociedade limitava os espaços onde as mulheres poderiam circular, ao contrário dos homens que tinham a liberdade de circular sobre a cidade. Embora não enfatizado na pesquisa de Vieira, entendemos que os homens com livre acesso eram brancos, pois indígenas e índios apesar de serem homens, ainda tinham sua circulação limitada na cidade. Apesar de passadas décadas, as mulheres ainda continuam sendo limitadas e negadas do uso dos espaços públicos e quando o fazem como resistência e existência são violadas. Nessa perspectiva, o texto objetiva trazer para o debate a necessidade de discussão da violência contra as mulheres nos espaços públicos, numa abordagem teórico-conceitual e reflexiva sobre a violência e a interseccionalidade.

A violência contra a mulher nos espaços públicos

A violência é, de acordo com Saffioti (2004), qualquer ruptura da integridade da vítima; física, psíquica, sexual e moral, contudo, existem características que diferem a violência sofrida por homens e mulheres. Como resultado de pesquisa, Marques *et al.*, (2019) indicam que, o local mais comum das denúncias de violência contra as mulheres são as suas residências e seus agressores predominantemente homens companheiros ou ex-companheiros.

Decorrente disso, a maior parte das pesquisas de violência contra a mulher delimitam o espaço particular residencial como recorte do estudo, por ser o local de maior incidência segundo as estatísticas, esquecendo-se que o espaço público é frequentemente também palco dessa violência. A invisibilidade nas pesquisas e nos dados é decorrente da não notificação ou subnotificação, também da naturalização de certos tipos de violência, como o caso do assédio verbal (assovios, cantadas).

Por conseguinte, é imprescindível problematizar que essa violência constante, sendo verbal, física ou de qualquer outra natureza, pode gerar nas mulheres o sentimento de medo ou a sensação de insegurança no uso dos espaços públicos. Assim, sentem-se amedrontadas de frequentarem esses espaços, e de certa forma, são privadas do direito à cidade.

Ademais, fomentamos a diferença da violência entre homens e mulheres nos espaços públicos. Os homens também podem ser vítimas de violência, mas a principal diferença é que para as mulheres a maior preocupação é a violação do seu corpo, o estupro. No que se refere a isso, Marques *et al.*, (2019) expõem que entre 2017 e 2018 cerca de 81,8% das vítimas eram do sexo feminino, sendo 96,3% dos agressores do sexo masculino.

Essa violência não surgiu naturalmente, nas relações de poder patriarcal, as mulheres tornaram-nas historicamente inferiorizadas e objetificadas pelos homens. Entendendo o patriarcado como a forma de poder, suas formas são representadas no espaço, tornando-o visível nas relações tanto em espaços privados, como em espaços públicos. Assim, em concordância com Streva (2013, p. 53) “A violência de gênero sob a forma do estupro ou assédio de rua, é um importante instrumento de fomentação do papel reservado a mulher no patriarcado, o de objeto de satisfação sexual masculino”.

Sobre o assédio sexual, recentemente a Lei nº 13.718 (BRASIL, 2018) efetivou importante modificação no Código Penal, em decorrência da luta social feminista, tipificou o assédio sexual em locais públicos, possibilitando que mulheres denunciem seus agressores e tenham pauta da legislação que assegura sua dignidade. Foi um grande passo, porém ainda limitado, pois segundo Castro e Almeida (2021) não guardam proteção jurídica a situações como cantadas, assovios, comentários sexuais, sendo ainda uma lacuna na lei. Outro aspecto que deve ser abordado é a interseccionalidade quando pensamos “Quem são essas vítimas?”, evidentemente mulheres, mas que não formam um grupo homogêneo. Discutir pensando em uma imagem padronizada e única da mulher seria equivocado, pois além do gênero existem outros fatores que equiparados colocam as mulheres em diferentes posições de vulnerabilidade. Para Akotirene (2018), a interseccionalidade, que surgiu no feminismo negro, é um método de análise do sistema de opressão interligado, entendendo a raça como categoria analítica principal igualado a gênero e raça. Para ela, essa perspectiva propicia compreender a fluidez das identidades subalternas de gênero, raça e classe.

O caráter complexo da interseccionalidade nos permite entender que não é o gênero o único fator e, portanto, não é somente o patriarcado que gera as desigualdades. Para entender toda a complexidade da violência contra as mulheres nos espaços públicos é imprescindível compreender a inseparabilidade das opressões do patriarcado, racismo, capitalismo, dentre outras. Portanto, é necessário ao pesquisar, elaborar políticas e leis, pensar na interseccionalidade, pois cada uma com sua identidade estará condicionada e vulnerável a diferentes formas de desigualdade e isso as coloca em lugares diferentes da violência no espaço público.

Nessa perspectiva, outros aspectos de importância quando pensamos na violência contra a mulher no espaço público são os fatores fixos da cidade e que fazem parte da arquitetura e planejamento urbanos: iluminação, calçadas, transporte público, segurança nas praças, nos próprios transportes, os postos de delegacia da mulher e o atendimento adequado, entre outros.

Considerações finais

A partir das discussões teórico-conceituais foi possível visualizar a necessidade de discussão da violência contra a mulher nos espaços públicos. Considerando que, a violência contra a mulher não está limitada a um espaço privado e íntimo nas relações afetivas, mas em todas as estruturas sociais. Portanto, estudar a violência contra a mulher deve ir além do espaço doméstico, mas em outros espaços como aqui é focado o espaço público.

Ademais, a legislação ainda é limitada, alguns casos de violência se enquadram em leis já preexistentes como o estupro, mas o assédio verbal não se enquadra em nenhuma lei. Por conseguinte, enfatizamos a importância de além de proteger, trazer mais segurança nos espaços públicos, e punir efetivamente e rapidamente os casos de violência, outro passo que deve ser dado é a prevenção de modo que homens e mulheres sejam educados para transformar as cidades e os espaços públicos em lugares mais seguros para todos.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm> Acesso em: 12 de mai. 2022.

CASTRO, Letícia Dantas Tavares; ALMEIDA, Cristiane Roque de. A tipificação do assédio sexual praticado em ambientes públicos sob uma perspectiva criminológica e feminista. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n. 51. 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3987>>. Acesso em: 01 de mai. 2022.

IPG –Instituto Patrícia Galvão. **Segurança das mulheres no transporte**. 2019. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/seguranca-das-mulheres-no-transporte-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2019/>>. Acesso em 15 de jan. de 2022.

MARQUES, David *et al.*, **Anuário brasileiro de segurança pública**. 2019. Disponível em: < <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf> >. Acesso em: 07 de jan. de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

STREVA, Andrea Moreira. **A violência contra a mulher no espaço público**. 2013. Monografia. PUC-Rio. Disponível em: <[a_violencia_contra_a_mulher_no_espaco-with-cover-page-v2.pdf](#) (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net)>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

VIERA, Claudia Andrade. **Imagens reveladas, diferenças veladas**: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia. Salvador, 2013. Tese de Doutorado. Disponível em: < Universidade Federal da Bahia: Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia (ufba.br)>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.